

INTRODUÇÃO

Com o advento da Lei 12.403, de 04 de maio de 2011, houve uma significativa mudança no Código de Processo penal, propiciou-se uma nova sistemática as prisões cautelares, em especial á prisão preventiva, permitindo a análise pelo magistrado da possibilidade, diante de um caso concreto, do relaxamento da prisão caso se mostre ilegal, da aplicação de medidas cautelares diversas da prisão da ou prisão tendo como parâmetro adequação e a necessidade, de tais medidas, ou em último caso a decretação da preventiva que em regra será decretada nos crimes dolosos com pena privativa de liberdade máxima superior a 04 (quatro anos).

Não obstante a redação dada pela Lei 12.403/11 que deu nova redação ao artigo 313 inciso I do código de Processo Penal que determina ser possível a decretação da preventiva nos crimes dolosos com pena privativa de liberdade superior a 04 (quatro anos), a presente pesquisa em comento terá por finalidade demonstrar e analisar a possibilidade e a eficácia da decretação da prisão preventiva nos crimes dolosos com pena privativa de liberdade máxima inferior ou igual a 04 (quatro anos).

A questão, pois, que se coloca na reforma realizada diz respeito à redação dada ao artigo 313, Inc. I do Código de Processo Penal, inserido pela Lei 12.403/11.

Conforme o referido artigo somente será admitido à prisão preventiva nos crimes dolosos com pena privativa de liberdade máxima superior a 04 (quatro anos).

Omitiu-se o legislador a despeito da decretação da prisão preventiva ser autorizada somente nesse caso, é possível a decretação da prisão preventiva nos crimes dolosos com pena máxima inferior ou igual a 04 (quatro anos). Embora não seja a regra, mas caso não haja o cumprimento das medidas cautelares impostas em substituição à prisão ou elas se mostrem insuficientes, sempre em último caso, presentes os demais requisitos que autorizam a decretação da prisão preventiva, em especial assegurar a aplicação da Lei penal.

Para detalhar os procedimentos adotados durante a pesquisa optou-se pela seguinte metodologia; revisão bibliográfica, de natureza teórico-dogmática que terá

como marca fundamental a proximidade do marco teórico para a demarcação do que se constitui a bibliografia básica e complementar; análise da Lei 12.403/11 e sua inserção no Código de Processo Penal em um estudo sistemático; seleção de jurisprudências e doutrinas que permitirão uma representação quantitativa e qualitativa do caso técnico organizado, ajudando a consolidar e estruturar a investigação aqui proposta para se consolidar a possibilidade de decretação da prisão preventiva nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima inferior ou igual a 04 (quatro anos).

A seguinte monografia será composta por três capítulos. No primeiro capítulo serão abordados os conceitos e requisitos da prisão preventiva.

No segundo capítulo serão abordadas as inovações trazidas pela Lei 12.403/11, para uma melhor compreensão da nova sistemática processual.

E no terceiro e último capítulo será analisada a possibilidade de decretação da prisão preventiva nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima inferior ou igual a 04 (quatro anos).